

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Aces Administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" « CEJAM – Arujá » SP. Opinião: Examinamos as demonstrações cortiâbeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" « CEJAM – Filial 12 Arujá, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixo para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas empleadas, como des principals políticas contabeis. Em nossa opinión, as demonstrações contabeis anima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição postrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim". CEJAM – Filial 12 - Arujá, em 31 de dezembro do dotados no destados do estudos em servicios de contra de la contra do estudos em contra de contra de la contra de

razcável de que as demonstrações cortábeis, tornadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fanade ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosas opinião. Seguança nazoável de seguança, mas não uma garandia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre defectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes aeventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes mandos, individualmente ou em conjunto, possam im fluenciar, dentro de uma perspectiva razcável, as decisões econômicas dos usatários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, averenos julgamento profissional e martemas e retistams profissional ao longo da auditoria. Além disso: "Identificamos e avaliamos or siscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planajamos e avaliamos or siscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planajamos e avaliamos or siscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planajamos e avaliamos or siscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, tendores procedimentes de auditoria de parte de acordo com a causa de acordo com a causa de acordo com a causa de causa de acordo com a causa de fraude e maior de que o proveniente de erro, ja que a fraude pode envelver o ato de burlar os controles internos, contucio, falsificação comissão ou representações falsas intencionais. "Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a para planajamos procedimentes de auditoria apara planajamos contrefes fortadas." A valiamos a adequação das políticas cortiabeis

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - ORGANIZAÇÃO SOCIAL MOGI DAS CRUZES CNPJ nº 66.518.2670010-74									
			31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Em R				Demonstração do Resultado dos Exe	rcícios Findos	
Ativo Ativo Circulante	Notas 2017	2016	Passivo e Patrimônio Líquido Passivo Circulante	Notas	2017	2016	em 31 de Dezembro de 2017 e 201 Notas	0 (em Reais) 2017 43.043.359,35	2016 43.474.259,35
Bancos - Contas Movimento	4 89.501,00	111,25	Fornecedores Obrigações Trabalhistas	10	296.741,60 1.023.939,18	826.439,60 1.178.509,41	Contratos de Gestão 15	43.574.157.91	44.014.931,39
Barcos - Aplicações Financeiras	5 3.126.143,49	2.405.329,45	Obrigações Sociais e Fiscais	- 11	547.964.12	661.700.53	Realização de Bens Públicos em nosso poder (-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado 3.g	35.226,61	32.319,30 (37.625,67)
Adiantamentos a Fornecedores Adiantamentos a Empregados	910,00 6 222.747,47	254.710,03	Empréstimos Bancários Contas a Pagar		1.303.903,11 49.916,86	1.811.345,20 49.500,86	(-) Devolução de Repasses 16 (-) Readequação Financeira 16	(15.030,48) (200.000,00)	(0.1102010.17
Adiantamentos para Despesas	1.805,34	1.421,13	Provisões para Férias e Encargos Provisões para Contingências	13	1.798.776,01 280.835,24	2.025.019,39 280.835,24	(-) Glosas sobre Contratos e Convênios	(350.994,69)	(535,365,67)
Impostos Recuperáveis	32.347,97		Passivo Não Circulante		5.302.076,12	6.833.350,23	Pessoal e Reflexo 18 (39.573.145,85) 23.494.013,33)	(43.549.843,16) (25.805.013,84)
Créditos de Contratos de Gestão	7 110.600,76 3.584.056,03	499.831,26 3.161.403,12	Bens Públicos em nosso poder	14	161.411,63	196.952,94	Medicamentos e Materiais de Consumo 20	15.890.893,14) (188.239,38)	(17.304.427,91) (440.401,41)
Ativo Não Circulante			Patrimônio Liquido		161.411,63	196.952,94	Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal) 24 (-) Isenção da CPP Usufiuida 24	(4.858.909.06) 4.858.909.06	(5.465.039,46) 5.465.039,46
Imobilizado	8 161.123,44	195.981,84	Patrimônio Social Superávit / (Déficit) do Exercício	26 (3	.671.947,11) 2.653.809,04	(1.673.509,25) (1.241.058,06)	(=) Resultado Bruto	3.470.213,50	(75.583,81)
Intangivel	9 288,19 161.411,63	971,10 196.952,94	Transferências Patrimoniais		(699.882,02) .718.020,09)	(757.379,80) (3.671.947,11)	Despesas Impostos, Taxas e Contribuições	(686.199,89) (16.615,69)	(1.088.965,10)
Total do Ativo	3.745.467,66	3.358.356,06	Total do Passivo e Patrimônio Líquido ercícios Findos em 31 de Dezembro de 20		3.745.467,66	3.358.356,06	Despesas Gerais 21 Provisões para Contingências	(669.584,20)	(788.695,33) (280.835,24)
Demonstra	Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Outras Receitas	331,50 331,50	2.547,81 2.547,81						
Saldo em 01 de janeiro de 2016	Patrimoruo Social 3.705.205,09	Superavit (Déficit (1.924.703.80	Ajustes) Patrimoniais (2.760.370,07)	Patrimoniais (693.640,47)	-	Patrimonio Liquido (1.673.509,25)	(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras	2.784.345,11	(1.162.001,10)
Incorporação do Déficit Anterior	(1.924.703,80)	1.924.703,80		(033:040,47)		(1.0/3.303,23)	Resultado Financeiro 17 Receitas Financeiras	(130.536,07) 213.024,61	(79.056,96) 251.138,22
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais Incorporação das Transferências Patr.	(2.760.370,07) (693.640,47)		2.760.370,07	693.640,47			(-) Despesas Financeiras Superávit / (Déficit) do Exercício 26	(343.560,68) 2.653.809,04	(330.195,18)
Transferências Patrimoniais Déficit do Exercício		(1.241.058,06	,	(757.379,80)		(757.379,80) (1.241.058,06)	Demonstração dos Fluxos de Caixa pa	ra es Exercícios	
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Incorporação do Déficit Anterior	(1.673.509,25) (1.241.058,06)	(1.241.058,06 1.241.058,06) -	(757.379,80)		(3.671.947,11)	Findos em 31 de Dezembro de 2017 e Atividades Operacionais	2016 (em Reals) 2017 2.653.809,04	2016 (1.241.058,06)
Incorporação das Transferências Patr.	(757.379,80)		-	757.379,80		(400 892 02)	Superávit / (Déficit) do Exercício (Aumento) ou Redução do Ativo	2.653.809,04	(1.241.058,06)
Transferências Patrimoniais Superávit do Exercício		2.653.809,04		(699.882,02)		(699.882,02) 2.653.809,04	Adiantamentos a Fornecedores	(910,00) 31.962,56	46,00 28.171,47
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.671.947,11)	2.653.809,04	em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em	(699.882,02)		(1.718.020,09)	Adiantamentos a Empregados Adiantamentos para Despesas	(384,21)	(400,33)
1. Contexto Operacional: O Centro de Esti	udos e Pesquisas "Dr. João Amor	im" - CEJAM é	aquisições de imobilizado com recursos	públicos são registr	adas na conta re	edutora da receita,	Impostos Recuperáveis Creditos com Contratos de Gestão	(32.347,97) 389.230,50	2.051,76 (499.831,26)
uma entidade de direito privado, de caráte Social original devidamente registrado no	3º Registro de Títulos e Docume	entos da Comar-	denominada "(-) Repasse destinado a aqui aquisições transferidos para o passivo nã	usição de imobilizad lo circulante, na con	o", e os valores o ta de "bens públ	icos em nosso po-	Outros Créditos Aumento ou (Redução) do Passivo		29,30
ca da Capital do Estado de São Paulo sob Assistência Social, portadora do Certifica	o nº 454.301, registrada no Conse	alho Nacional de	dar" a nota mantidos nor tratar so de iten	e nastarcimaie stiment-	ados à prestação	doe servicos utili-	Fornecedores Obrigações Trabalhistas	(529.698,00) (154.570,23)	37.507,49 33.564,01
por esse mesmo órgão, através do process Pública Federal pelo Decreto Federal s/rf.	o nº 44,006,000636/98-17, declar	ada de Utilidade	zados pela contratada, necessários á pres concedente quando do término da gestão, outros, em decorrência da evolução tecno	a menos que tenham	sido naturalmen	te substituídos por	Obrigações Sociais e Fiscais	(113.736,41)	14.168,37
ca Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.4 pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, insci	481/98, declarada de Utilidade Pi	iblica Municipal	despesas da Entidade são comprovadas a	través de notas fisca	is e recibos em o	conformidade com	Provisões para Férias e Encargos Provisões para Contingências	(226.243,38)	(23.923,77) 280.835,24
Ministerio da Fazenda sob o nº 66.518.26	7/0001-83. O CEJAM mantém ju	into à Prefeitura	as éxigências legais e fiscais. 3.i) Receiti ceiras abrangem receitas de juros aplicaç sultado, através do método dos juros efeti	is manceiras e desp ões financeiras. A re	esas manceiras: ceita de juros e i	As receitas illian- reconhecida no re-	Outras Obrigações Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	416,00 2.017.527,90	(10.217,48) (1.379.057,26)
Municipal de Mogi das Cruzes os seguinte de 02 de junho de 2014: visando ao desen-	volvimento das acões e servicos d	a Umidade Basi-	rias e demais encargos financeiros, 3.j) A	puração do resultado	 O reconhecim 	ento das receitas e	Atividades de Investimento		37.625,67
ca de Saúde (UBS 24 Horas), em substitu de 2010; • Contrato de Gestão nº 45, de 0 das ações e serviços da Estratégia Saúde o	ição do Contrato de Gestão nº 67	, de 13 de maio	despesas é efetuado em conformidade o receita de servicos prestados é reconhecia	om o regime contáb la no resultado em fu	il de competênc ncão da sua reali	ia de exercicio. A	Aquisição de Imobiliz./Intang, pertencente à Gestão Públic Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento		37.625,67
das ações e serviços da Estratégia Saúde o	da Familia (ESF), em substituição	do Contrato de	ta não é reconhecida se há uma incerteza 4. Bancos - Contas Movimento	significativa na sua	realização. 2017	2016	Atividades de Financiamento Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	18	(37.625,67)
Gestao nº 08, de 13 de maio de 2010; • C visando a operacionalização apoio e execu-	Contrato de Gestão nº 30, de 26 d são das Unidades de Estratégia de S	e mato de 2017: Saúde da Família	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3499-6	100,50	10,00	Recebimento (Pagamento) de Empréstimos Incorporação ao Patrimônio Líquido	(507.442,09) (699.882,02)	1.372.262,01 (757.379,80) 577.256,54
(Conjunto Toyama e Novo Horizonte) e Pro peba), em substituição do Contrato de Gest	ograma de Agentes Comunitários d ão nº 42, de 25 de abril de 2012	le Saúde (Jundia- A Entidade, para	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3886-6	10,00	10.00	Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento Variação Líquida nas Disponibilidades	(1.207.324,11) 810.203,79	577.256,54 (764.175,05)
fazer frente ao déficit e passivo a descober parceria municipal, bem como, ações para a	rto, vem buscando a manutenção :	e repactuação da	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3910-4	10,00	10,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.405.440,70	
dade das operações da Entidade. As demons pressuposto da continuidade normal e não in	strações contábeis da Entidade fora	im preparadas no	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº 3 Banco Santander (Brasil) S.AConta nº 3	3911-1 3912-8	10,00 10,00		Disponibilidades no Início do Exercício Disponibilidades no Final do Exercício	3.215.644,49	3.169.615,75 2.405.440,70
ficação dos valores de ativos ou aos valores	e a classificação de passivos que s	eriam requendos	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº Banco Santander (Brasil) S.AConta nº	3913-5	89.340,50 10,00	10,00	Variação Líquida nas Disponibilidades A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e pr	810.203,79	(764.175,05)
na impossibilidade da Entidade continuar en ções Contábeis: 2.a) Declaração de conformi	dade: As demonstrações contábeis:	toram elaboradas	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº		10,00		rios tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curs	so normal das opera	ações, envolvendo
de acordo com as práticas contábeis adotada sições aplicáveis às instituições sem fins lu	serativos e às fundações, expedida	s nelo Conselho	5. Bancos-Aplicações Financeiras		89.501,00 2017	2016	questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros a em informações de seus assessores jurídicos e análise das de	ssuntos. A admini mandas judiciais p	stração, com base sendentes para esta
Federal de Contabilidade (CFC), em especia que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.1	d a Resolução n.º 1.409, de 21 de se 01, de 27 de novembro de 2009, qu	etembro de 2012, ne dispõem sobre	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3499-6 3538-2	199.907,56	13.030,77 359.512,89	filial, constituiu provisão em montante considerado suficie estimadas com as ações em curso. As provisões foram co	ente para cobrir as	provaveis perdas
 a certificação das entidades beneficentes de isenção de contribuições para a seguridade s 	e assistencia social e regulam os p	rocedimentos de	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3886-6	131.321,81	415.438,60 807.596.61	consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade d	e perda dos proces	sos, considerando
direito privado sem finalidades de lucros, e social. 2.b) Base de mensuração: As demoi	especialmente entidades beneficent	es de assistência	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº 3	3911-1	41.813,00	86.778,55	inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judio perdas no encerramento desses processos, além dos valore	s já provisionados.	A entidade adota
custo histórico, com exceção dos instrumento	os financeiros não derivativos mens	urados pelo valor	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	3913-5	2.207.389,14 133.865,11	100.992,56	mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus o relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas o	onsultores jurídicos e cíveis avaliados c	 A entidade, com om perda possível
justo por meio do resultado. 2.c) Moeda fur ções contábeis estão apresentadas em reais, o	rue é a moeda funcional da Entidad	e. Todas as infor-	Banco Santander (Brasil) S.AConta nº : Banco Santander (Brasil) S.AConta nº :	36987-2 47885-3	357.681,22 54.165,65	i managana ana an a n	no montante de R\$ 1.123.068,96, sem provisão contábil con Processos com Perda Possivel	astituída, estando a	ssim distribuidos: 2017
mações financeiras apresentadas em Real for mativas e julgamentos: A preparação das d	lemonstrações contábeis de acordo	com as práticas	A Entidade mantém a parcela disponível	do superávit dos ex	3.126.143,49 ercícios aplicado	2.405.329,45 os financeiramente	De natureza Trabalhista		1.123.068,96
contábeis adotadas no Brasil exige que a Ad sas que afetam a aplicação de políticas contá	abeis e os valores reportados de ativ	vos, passivos, re-	enquanto não reinvestido em atividades	ligadas ao seu objet	o social, conform	ne mencionado na	14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públic	os em nosso poder	1.123.068,96 ", no montante de
sás que ateram a apticação de potiticas contabeis e os valores reportados de ativos, passivos, re- ceitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessa estimativas Estimativas entrantivas estimativas estimativas estimativas entrantivas estimativas est								e aos valores receb	idos da Secretaria
cidas no exercício em que as estimativas são	o revisadas é em quaisquer exercic	ios futuros afeta-	mentos estão atreladas, geralmente, ao C	ncos de primeira im ertificado de Depósit	na, cuja rentabil lo Interfinanceiro	(CDI).	quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O	O valor desse ativo	està demonstrado
sido aplicadas de maneira consistente a todo contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: Ati-	os os exercicios apresentados nessa	is demonstrações	 Adiantamento a Empregados Adiantamentos de Férias 		2017	254.710,03	 ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomita imobilizado registrado no ativo. 	ntemente represent	ta o valor do ativo
co ne racabivaje a danceitos inicialmente na d	lata em que foram originados. Todo	e oe outroe ativoe	7. Créditos de Contratos de Gestão		222.747,47 2017		 Receitas com Contratos de Gestão Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H) 	17 936 074 59	2016 16.861.903,21
financeiros são reconhecidos inicialmente na das partes das disposições contratuais do ins	trumento. A Entidade tem os segui	ntes ativos finan-	Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS) Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24		04.776.00	200.000,00	Contrato de Gestão nº 045/2014 (ESF)	21.505.026,83	18.971.925,25
empréstimos e recebíveis. • Caixa e equival	entes de caixa: abrangem saldos de	e caixa e investi-	Contrato de Gestão nº 045/2014 (ESF)	,	15.824,76	299.831,26 499.831,26	Contrato de Gestão nº 016/2012 (Unica) Contrato de Gestão nº 042/2012	1.231.345,05	
mentos financeiros com vencimento original ção. Os quais são sujeitos a um risco insig	nificante de alteração no valor, e :	são utilizadas na	8. Imobilizado		110.600,76		(EACS) - encerrado Contrato de Gestão nº 030/2017 (EACS)	1.036.082,90 1.865.628,54	
gestão das obrigações de curto prazo. • Insti ções com instrumentos financeiros derivativo	os durante os exercícios de 2017 e 2	2016. 3.b) Imobi-	Imobilizado de Gestão Pública Máquinas e Equipamentos	Taxa 10%	77.972,20	77.972,17	16. (-) Devolução de Repasses e Readequação Financeira: En	43.574.157.91	44.014.931.39
lizado: Reconhecimento e mensuração: itens co de aquisição, deduzido de depreciação ac	s de imebilizado, são mensurados p	elo custo históri-	Equipamentos de Uso Médico Equipamentos de Informática	10% 20%	161.412,87 11.008,99	161.412,85	to de Gestão nº 016/2012, a entidade devolveu para a Prefer	tura Municipal de N	Mogi das Cruzes o
atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquis imobilizado, e os valores correspondentes às	ições com recursos públicos são rec	zistradas no ativo	Móveis e Utensilios (-) Depreciação Acumulada	10%	84.956,52 (174.227,14	84.956.51	valor de R\$ 15.030,48, correspondente ao saldo remanescem exercício, fez a readequação financeira para o Contrato de G	estão nº 042/2012, r	no montante de R\$
te, na conta de reserva de capital "bens public	cos em nosso poder" e nela mantido	os por tratar-se de			161.123.44	195.981.84	200.000,00, em duas parcelas de R\$ 100.000,00, uma corres a dezembro de 2016, ambas baixadas no crédito a receber, cor		
itens reversiveis, vinculados à prestação do prestação do serviço público, que deverão r	everter ao poder concedente quana	do do termino da	Conforme preceituado nos contratos de g de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniai exclusivo e de propriedade da Prefeitura	estao nrmados entre is adquiridos por con	o CEJAM e a Pro ita dos referidos	contratos é de uso	 Receitas e Despesas Financeiras 	2017 213.024,60	2016
gestão, a menos que tenham sido naturalmen ção tecnológica ou outros fatores especificos	 s. • Depreciação: a depreciação é o 	ontabilizada nor-	exclusivo e de propriedade da Prefeitura 9. Intangivel	Municipal.			Rendimentos de Aplicações Financeiras Descontos Obtidos	0,01	0,74
malmente no ativo imobilizado. Em se trata contrapartida ao passivo não circulante, para	ando de bens de gestão pública, é amortizar o valor do custo do ativo.	contabilizada em , conforme a vida	Intangivel de Gestão Pública Direito de Uso de Sistemas	Taxa 20%	2017 4.740,64	2016 4.740,64	(-) Despesas Bancárias (-) Juros e Mora Comerciais	(342.107,86) (1.327,71)) (330.187,98)) (0,28)
útil-econômica dos bens revisada pela Entid cício de 2017 e não detectou alterações relev	lade. A Administração reavaliou a :	situação no exer-	(-) Amortização Acumulada	2070	(4.452,45 288,19	(3.769,54)	(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(125,11) (130,536,07)	(6,92)
das úteis estimadas para o exercício corrente pamentos: 10 anos, • Equipamentos de uso:	e e comparativo são as seguintes: • l	Maquinas e equi-	10. Obrigações Trabalhistas		2017	2016	18. Custos com Pessoal Próprio	2017	2016
anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. 3.c) In ção: o ativo intangivel de vida útil definida	tangivel: Reconhecimento, mensur	ração e amortiza-	Salários a Pagar Pensões Alimentícias a Pagar		1.022.679,45 1.259,73	264,83	Remunerações Beneficios	19.433.065,94 1.768.667,80	1.921.316,67
computador (software), que são amortizado	s usando-se método linear à taxa	de 20% a.a. 3.d)	11. Obrigações Sociais e Fiscais		1.023.939,18	1.178.509,41	Encargos Sociais	2.292.279,59 23.494.013,33	2.090.276,82
Redução ao valor recuperável (impairment): financeiro não mensurado pelo valor justo p	or meio do resultado é avaliado a o	ada data de apre-	INSS a Recolher FGTS a Recolher		93.495,92 165,703,40	102.492,06 196.046,01	19. Custos com Serviços Terceirizados	2017	2016
sentação para apurar se há evidência objetiva vel. Um ativo tem perda no seu valor recu	a de que tenha ocomido perda no se aperavel se uma evidência obietiv	u valor recuperà- a indica que um	Contribuições Sindicais e Assistenciais a	Recolher	5.333,97	1.980,41	Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas Serviços Prestados por Pessoas Físicas	15.890.893,14	1.181,25
evento de perda ocorreu após o reconhecim teve um efeito negativo nos fluxos de caixa	iento inicial do ativo, e que aquele futuros projetados que podem ser e	evento de perda stimados de uma	PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher IRRF a Recolher		230.360,32	30.707,89 269.783,93	20. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	15.890.893,14 2017	17.304.427,91 2016
maneira conflavel. 3.e) Passivo circulante e r lantes e não circulantes são demonstrados p	são circulante (quando aplicável): C	ds passivos circu-	CSRF a Recolher INSS Retido de PJ a Recolher		33.936,71 15.515,57	19.399,06	Medicamentos e Materiais de Uso Médico	980,00	25.291,66
quando aplicável, dos correspondentes enca balanço patrimonial. Uma provisão é reconh	irgos, variações monetárias incomi	das até a data do	ISS Retido na Fonte a Recolher		3.618,23 547.964,12	4.509.66	Materiais de Consumo Materiais de Conservação e Reparos	132.699,95 3.901,29	14.359,67
de tem uma obrigação legal ou construtiva	que possa ser estimada de manei	ra conflavel, e é	12. Empréstimos Bancários		2017	2016	Outros Materiais e Insumos	50.658,14 188.239,38	57.792,63 440.401,41
de tem uma obrigação legal ou construtiva provável que um recurso econômico seja e registradas tendo como base as melhores es	xigido para liquidar a obrigação. A stimativas do risco envolvido. A A	As provisões são Administração da	Banco Santander (Brasil) S.A.	52205 C20000	1.303.903,11 1.303.903,11	1.811.345,20	21. Despesas Gerais	2017	2016
Entidade não identificou qualquer evidência trimônio líquido: Representa o patrimônio in	que justificasse a necessidade de j icial da Entidade, acrescido ou redi	provisão. 3.f) Pa- uzido dos superá-	A Entidade possui contrato de conta ga garantir as operações em caso de atraso o	los repasses da Prefe	iro) com o Ban	co Santander para	Alugueis (Imoveis, Veiculos, Equipamentos e Aparelhos)	3.515,30 608.826,44	730.431,68
vits/déficits apurados anualmente desde a da te nos objetivos sociais da Entidade conform	ta de sua constituição, são emprega	dos integralmen-	de juros pos-fixada equivalente a 0,55% : 13. Provisões para Contingências	a.m. além do CDI.	2017	2016	Administrativas Eventos	20.769,10 935,10	7.035,54
As receitas da Entidade são apuradas atrav	rés de recebimentos comprovados	por contratos de	Provisões para Contingências Trabalhista	ıs	280.835,24	280.835,24	Outras Despesas Gerais	35.538,26	32.821,24
gestão e, eventualmente, quando ocorrer de	onyous de pessons Hstens e elitton	des privadas. As	6240 6855		280.835,24	280.835,24		669.584,20	788.695,33



22. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuções dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos beneficios de isenção concedidos pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos beneficios de cisenção concedidos pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos conveniros firmados com estes poderes. 23. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS): O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS (2015-19). Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguntie: "Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação de servirá como prova para a

consideram legitimo o beneficio da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2017 e 2016. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. 24. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2017 foi de R\$ 4.858.909.06 (em 2016 de R\$ 5.465.039.46) e será registrada em contra própria de "Compressocia" das Isenções Patronais Previdenciárias" no está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no

grupo de despesas, da seguinte forma: isenções Previdenciárias Usufriudas Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas 2017 4.858.909,06 - 236,25 4.858.909,06 5.465.039,46 (-) Isenção Usufruída:
 (-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento
 (-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas

(4.858.909,06) (5.464.803,21) - (236,25)

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.1964/36/2015-19. 25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do beneficio de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma

entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos ás isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a TIB 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução FCF (nº 1.409/2012), a entidade apresenta a seguir a remúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas aliquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrargendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

de sua natureza não lucrativa.
 COFINS incidente sobre a receita:
 CSLL incidente sobre o superávit:

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2017 foi de R\$ 1.530.143,59 (em 2016 R\$ 1.304.227,78), distribuída da seguinte forma:

2017

2016

23.8.842.8 Não aplicável 1.530.143.59 1.304.227,78

26. Resultado do Exercício: O Superávit do exercício de 2017 foi de R\$ 2.653.809,04 e o Defici do exercício de 2016 de R\$ 1.241.058,06, estando assim distribuido entre os contratos de aestão.

Contratos de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H) Contratos de Gestão nº 045/2014 (ESF) Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única) Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS) - enc Contrato de Gestão nº 030/2017 (EACS)

contabeis. Em nossa opiniaio, as demonstrações contabeis acima referndas a presentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição desempendo de suas operações e os seus fitusos de caixa para o exercício infino nessa acima referndas a erievantes quando, indivipatrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes, em 11 de dezembro de 2017, obsemm influenciar, dentro de uma perspectiva azoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas obsenvados en contrabeis adotadas no refereidade monstrações contidas in a dauditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercembo de estuditoria, com a práctas com as ofisposições contidades in termos reventias distorções relevantes existentes. As dauditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exterembo de estuditoria, cambiento Brasil com as disposições contidades in termos referentes de contrabeiras en acordos em contabeiras de auditoria, exercembo Brasil com as disposições contidades a procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzidade a cordo com as normas brasileiras de auditoria, exercembo profissional ao longo da auditoria, elementos e cicias demonstrações contidades a mortam profissional ao longo da auditoria de auditoria, exterembo profissional ao longo da auditoria de mantemos e executamos os riscos de distorção relevantes revisitos mortam profissional ao longo da auditoria de auditoria, exterembo profissional ao longo da auditoria de auditoria, exterembo profissional do contrados a contidades de acordo com as normas profissional do contrados a contidades de acordo com as normas profissional do contrados a contidade a mantemos ecluidades de mantemos ecluidades de mantemos ecluidades definades demonstrações contidades. Fila de mantemos ecluidades definades demonstrações contidades a fila demonstrações contidades a fila demonstrações contidades a fila demonstrações contidad continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de março de 2018. laboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"

CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera-

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintenden

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3 do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CE Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Mogi das Cruzes - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição desempenho de suas operações e os seus fluxos de eaxis para o exercicio findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição desempenho de suas operações e os seus fluxos de exaixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as pormas brasileiras de auditoria, los desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes existentes. As distorções relevantes existentes. As distorções relevantes existentes. As distorções contábeis acima referidas apresentam adequadamente com contrados e productores a contrados executamentes de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, los desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as praticas

COLUMBUS AE - EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF 02.281.458/0001-91 / NIRE: 35.214.869.643

EDITAL DE CONVOÇAÇÃO ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

NELSON SHOZO UCHIMURA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, médico, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 2.158.300 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 668.258.738-49, residente e domiciliado na Rua Arthur Thomas, nº. 23, Apto. 901, Centro, CEP 87013-250, no município de Maringá - PR, na condição de sócio administrador, resolve, nos termos do artigo 1.072, do Código Civil Brasileiro, CONVOCAR ASSEMBLEIA DE SÓCIOS, a ser realizada à Avenida Duque de Caxias, nº 882, 8º andar Edifício New Tower, Sala 807, novo centro, CEP 87020-025, na Cidade de Maringá-PR, a realizar-se no dia 08 de maio de 2018, às 14:00 (quatorze) horas, mediante a presença dos sócios e/ou de seus representantes legais, para, na forma do Contrato Social e disposições legais pertinentes, discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: I. Destituição de Administrador da Sociedade, Sra. MÁRCIA MIE UCHIMURA AKUTAGAWA.

A presente convocação será encaminhada aos sócios, via email, contato telefônico e em especial para a Sócia Administradora, Sra. MÁRCIA MIE UCHIMURA AKUTAGAWA, por meio do Oficio de Registro de Títulos e Documentos Pinhais-PR, sendo a certidão de entrega do Oficial válida para conhecimento da presente convocação, sem prejuízo das publicações competentes conforme disciplina o Civil Brasileiro. Sócios: [1] MÁRCIA MIE UCHIMURA AKUTAGAWA, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, médica, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº. 6.266.242-5 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 005.381.429-01, residente e domiciliada na Rua Haiti, nº. 366, Centro, CEP 83320-160, no município de Pinhais - PR; [2] HUGO YUZO UCHIMURA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 3.932.506-3 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 180.357.378- 30, residente e domiciliado na Avenida Bosque da Saúde, nº. 543, Apto. 63, Saúde, CEP 04142-091, no município de São Paulo - SP; e [3] ROSA SUMIKO UCHIMURA FRANCONI, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, professora, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº. 4.177.163 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº. 226.649.348-56, residente e domiciliada na Rua Rio Grande, nº. 45, Vila Mariana, CEP 04018-000, no município de São Paulo - SP. [4] NELSON SHOZO UCHIMURA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, médico, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 2.158.300 SSP-PR inscrito no CPF/MF sob nº. 668.258.738-49, residente e domiciliado na Rua Arthur Thomas, nº. 23, Apto. 901, Centro, CEP 87013-250, no município de Maringá - PR. Maringá-PR, 25 de abril de 2018.

> NELSON SHOZO UCHIMURA Sócio Administrador

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: MERU VIAGENS **EIRELI** 09.215.207/0001-58, CONTRATANTE: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS - CNPJ: 33.909.482/0001-56; Pregão nº CONFEDERAÇÃO 002/2018; Objeto: Serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes aéreos e terrestres em âmbito nacional e internacional; emissão de seguro-viagem; intermediação de serviços de hospedagem; locação de vans, carros, ônibus, carreta para transporte de equipamentos esportivos e micro-ônibus; intermediação dos serviços de alimentação junto aos hotéis contratados ou a terceiros; demais serviços conexos compreendidos no mesmo ramo de atividade; Valor total estimado: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Assinatura do Contrato: 04/04/2018: Vigência 12 meses.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 99/2018

Espécie: Termo de Convênio - TC, que celebram entre si o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, CNPJ nº 00.700.114/0001-44 e a Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes - CBVD, CNPJ nº 05.634.009/0001-78; Objeto: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Os recursos decorrentes do presente convênio são provenientes do CPB oriundos das leis nº 10.264/2001 e 13.146/2015; Ordem de pagamento: Parcela única; Valor: R\$ 13.404,25 (treze mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e cinco centavos); Vigência: 26/04/2018 à 30/05/2018. Data da Assinatura: 23/04/2018; Signatários: MIZAEL CONRADO DE OLIVEIRA CPF: 163.487.988-01 - Presidente/CPB, e ÂNGELO ALVES NETO - CPF: 585.319.805-00 - Presidente/CBVD; Processo nº: 0312/2018.

COMPANHIA PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO

CNPJ 67.646.422/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, no dia 30/04/2018, às 08:30 h, na sede social, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.234 - 13 ° andar - conjunto 131, a qual deliberará sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame do Relatório da Diretoria e das demonstrações Financeiras da CPD de 31/12/17; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido do

exercício e a distribuição de dividendos; 3) Outros assuntos de interesse da sociedade.

> São Paulo, 24 de abril de 2018 ALDO NARCISI
> Presidente do Conselho de Administração

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

AVISO DE ADIAMENTO

Objeto: "Aquisição de Materiais e Insumos Médicos e Hospitalares para suprir o atendimento do serviço móvel de Urgência e Emergência e Central de Regulação Samu Litoral - sob o sistema Registro de Preço". Data de reabertura das propostas: 11/05/2018 às 10:00 horas, no mesmo local indicado inicialmente. retificado disponível em: www.cislipalitoral.com.br 25/04/2018

> JOELMA XAVIER P. COSTA Presidente da CPL

FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2018 - TPN

Objeto: contratação de pessoa física para coordenação executiva das atividades pertinentes ao planejamento da pesquisa, articulação com entidades a serem consultadas e preparação do material de apoio à formulação de consórcios, em conformidade com as informações técnicas contidas no presente instrumento editalício e seus respectivos anexos- Valor estimado: R\$ 14.913,00 (quatorze mil, novecentos e treze reais). Prazo de execução: 30 (trinta) dias - Data de abertura 15 de maio de 2018 às 09:00h - A Tomada e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na FAI-UFSCAR ou adquirido ou através http://www.portalcompras.fai.ufscar.br

> São Carlos, 20 de março de 2018. FRANCISCO WAGNER RUIZ Diretor Executivo - FAIUFSCar